

PLANO PARA ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS CONGÊNITA EM SANTA CATARINA

GEDST / 2017

PLANO PARA ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS CONGÊNITA EM SANTA CATARINA, 2016.

Aprovado em dezembro de 2016 – deliberação 237/CIB/2016

OBJETIVO GERAL

Implementar o diagnóstico e o tratamento da sífilis gestacional com vistas à eliminação da sífilis congênita em todo o estado de Santa Catarina no período de 2017 à 2019.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Aumentar a cobertura da testagem para sífilis nas gestantes durante o pré-natal, bem como nos casais que estão planejando gestação.
- 2- Aumentar a cobertura do tratamento adequado nas gestantes com sífilis durante o pré-natal, incluindo o tratamento adequado dos parceiros sexuais.
- 3- Aumentar a cobertura do tratamento e seguimento adequado nos neonatos com sífilis congênita.

AÇÕES

1- Estimular a realização de testagem para sífilis, no âmbito da Atenção Básica, nas mulheres que desejam engravidar e seus parceiros.

2- Recomendar a realização de testagem para sífilis no 1º, 2º e 3º trimestres da gestação.

3- Reforçar a recomendação da realização da busca da gestante faltosa que apresentar VDRL positivo.

4- Reforçar a recomendação para o comparecimento do parceiro da gestante com exame positivo à UBS para tratamento.

5- Reforçar a orientação aos profissionais da Atenção Básica quanto ao tratamento da gestante com teste rápido positivo para sífilis mesmo na ausência de testes confirmatórios.

6- Recomendar aos municípios a instituição da Ficha de Acompanhamento da Sífilis Gestacional para monitorar o tratamento da gestante com sífilis.

7- Fortalecer a recomendação da realização de VDRL (ou testagem para sífilis) no momento da internação para o parto ou abortamento, independentemente dos resultados dos exames realizados no pré-natal.

8- Recomendar o seguimento do protocolo do Ministério da Saúde para o tratamento e acompanhamento da criança considerada caso de sífilis congênita.

9- Reforçar a necessidade da notificação adequada e da investigação dos casos de sífilis gestacional em formulário próprio e posterior digitação no SINAN.

10- Estimular o preenchimento do Protocolo de Investigação de Casos de Sífilis Congênita Precoce (disponibilizado no site do MS) para todos os casos de sífilis congênita diagnosticados.

11- Recomendar a implantação e supervisionar a implementação de Comitês de Investigação da Transmissão Vertical da Sífilis.

12- Implantar a Política de Educação Permanente para profissionais de saúde da Atenção Básica no manejo da sífilis.